



Escola de Administração  
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO PARA A  
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO  
DO PIAUÍ - SEFAZ - PI - 2001

# Técnico de Controle Interno

# a.2

## INSTRUÇÕES

Nome: \_\_\_\_\_ Nº Inscrição: \_\_\_\_\_

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 3h30**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 50**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular, etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.9 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Esta prova está assim constituída:

Disciplinas	Questões	Peso
Contabilidade Geral	01 a 15	1,5
Orçamento e Contabilidade Pública	16 a 35	
Finanças Públicas	36 a 50	

**Boa Prova**

## CONTABILIDADE GERAL

01- Estão excluídas do campo de aplicação da Contabilidade

- a) as reuniões de pessoas sem organização formal, ausência de finalidade explícita e inexistência de quaisquer recursos específicos.
- b) as sociedades não registradas ou que não possuam atos constitutivos formais.
- c) as entidades que explorem atividades ilícitas ou não estejam autorizadas a funcionar.
- d) as organizações estrangeiras que tenham sede no exterior.
- e) as pessoas jurídicas dispensadas pelo Fisco do cumprimento das obrigações relativas à escrituração.

02- Constitui fonte de recursos, na estrutura patrimonial,

- a) o capital a integralizar.
- b) a duplicata descontada.
- c) o passivo a descoberto.
- d) a disponibilidade sem restrições.
- e) o capital autorizado.

03- Dados os saldos abaixo discriminados, à data do balanço, determinar o valor do patrimônio líquido, de acordo com a Lei nº 6.404/76. (Valores em \$)

Capital Social	600
Reserva Legal	80
Provisão para Contingências	60
Subvenção para Custeio	50
Reserva para Aumento de Capital	40
Ágio na Emissão de Ações	100
Ações em Tesouraria	30
Reavaliação de Ativos de Controladas	140
Reserva para Novos Investimentos	120
Reserva de Lucros a Realizar	90

- a) 1.280
- b) 1.200
- c) 1.140
- d) 1.000
- e) 900

04- De acordo com o princípio da oportunidade,

- a) as variações no patrimônio devem ser registradas no momento mais conveniente para a empresa.
- b) o reconhecimento dos fatos contábeis depende da certeza de sua ocorrência.
- c) é indispensável conhecer com precisão o valor das alterações que afetem o patrimônio.
- d) podem-se utilizar, no registro das transações, os valores mais adequados aos objetivos da empresa.
- e) devem-se reconhecer contabilmente fatos prováveis, ainda que baseados em estimativas.

05- De acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade adotados pelo Conselho Federal de Contabilidade,

- a) com a desindexação da economia, tornou-se inaplicável a atualização monetária dos valores contábeis, em virtude de não mais haver alteração do poder aquisitivo da moeda nacional.
- b) a doação, por ser recebida sem custo para a empresa donatária, pode ser registrada por valor simbólico, dispensados controles contábeis.
- c) o custo histórico, pela sua objetividade, preserva o valor original, e, portanto, os valores intrínsecos dos bens, direitos e obrigações integrados ao patrimônio.
- d) a utilização de indexadores específicos para cada tipo de empresa, em época de inflação elevada, é o meio adequado para assegurar a comparabilidade entre as diversas empresas.
- e) o registro pelo valor original pressupõe que o valor de realização da transação configura o valor econômico dos ativos no momento da sua ocorrência.

06- O lançamento

Rascunho

D – Duplicatas a Pagar	120	
D – Despesas de Juros	12	
C – Bancos		126
C – Abatimentos Obtidos		6

corresponde a um fato

- a) modificativo diminutivo
- b) permutativo aumentativo
- c) misto diminutivo
- d) permutativo modificativo
- e) misto modificativo

07- Constitui fato objeto de relevação contábil

- a) o recebimento de ações bonificadas, sem custo para a companhia.
- b) a estimativa de aumento do valor de ativos em moeda estrangeira em virtude de futuras desvalorizações cambiais.
- c) o ágio na aquisição de participações societárias avaliadas ao custo de aquisição, em função das perspectivas de rentabilidade do negócio.
- d) a estimativa de diminuição futura do lucro em razão de perda julgada provável.
- e) a emissão de partes beneficiárias efetuada a título não-oneroso.

08- No que diz respeito aos livros contábeis, é correto afirmar que

- a) é permitida a escrituração trimestral do Diário quando o movimento da empresa é enquadrado como pequeno.
- b) o “Razão” só é considerado obrigatório nos casos de inexistência ou dispensa do Diário.
- c) as demonstrações contábeis de encerramento do exercício, transcritas no Diário, devem ser assinadas pelo contador ou técnico de contabilidade e pelo titular ou representante da empresa.
- d) os documentos de origem interna servem apenas como referência ou memória de cálculo, mas não são suficientes para a comprovação dos lançamentos na escrituração contábil.
- e) quando o Fisco dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, é facultado à empresa a manutenção da escrituração mercantil.

09- De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, é forma de retificação de lançamento

- a) o estorno, quando uma conta foi indevidamente debitada ou creditada.
- b) a anulação, quando o fato objeto do registro não ocorreu.
- c) a suplementação, quando houve registro de valor superior ao devido.
- d) a complementação, para aumentar ou reduzir o valor anteriormente registrado.
- e) a transferência, quando houve inversão das contas debitada e creditada.

10- Na alienação de um ativo imobilizado já depreciado em 80% a empresa apurou prejuízo de \$ 100. Assinale a opção que corresponde ao respectivo lançamento.

- a)
 

D – Caixa	100	
D – Resultado da Venda	200	
D – Depreciação Acumulada	800	
C – Custo da Venda		100
C – Custo do Bem		1.000
- b)
 

D – Receita da Venda	500	
D – Depreciação Acumulada	1.600	
C – Custo do Bem		2.000
C – Custo da Venda		100
- c)
 

D – Depreciação Acumulada	800	
D – Caixa	300	
C – Custo do Bem		1.000
C – Resultado da Venda		100
- d)
 

D – Custo da Venda	400	
C – Caixa		100
C – Receita da Venda		300
- e)
 

D – Caixa	300	
D – Resultado da Venda	100	
C – Custo do Bem		400

11- Em 01.12.X1, a empresa “Devedora” obteve um empréstimo de \$ 100.000. Como os juros foram cobrados antecipadamente, o líquido recebido foi de \$ 70.000. A obrigação vence em 28.02.X2. À data do balanço, em 31.12.X1, a “Devedora”

- a) demonstrará no balanço, \$ 10.000 como juros a vencer.
- b) terá uma obrigação líquida de \$ 80.000.
- c) terá \$ 20.000 de juros a pagar.
- d) demonstrará, no resultado, uma despesa financeira de \$ 30.000.
- e) constituirá uma provisão relativa ao período remanescente.

12- Com relação a benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, a empresa lançará, por ocasião da apuração do resultado, ao final do exercício,

- a) como encargo de depreciação, a perda de valor estimada, quando o contrato para utilização do imóvel for por tempo indeterminado.
- b) como encargo de amortização, a parcela correspondente à utilização do potencial de valor atinente à aplicação realizada.
- c) como despesa a recuperar a parcela reembolsável pelo proprietário, quando da devolução do imóvel.
- d) como encargo de depreciação, a parcela rateada em função do prazo de vigência do contrato para utilização do imóvel.
- e) como encargo de amortização o rateio da parcela reembolsável pelo proprietário, quando da devolução do imóvel.

13- No tocante aos critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, é correto afirmar que

- a) o valor de mercado das matérias-primas é aquele pelo qual possam ser alienadas a terceiros.
- b) com a extinção da correção monetária, as obrigações serão mantidas sem atualização até a data de sua liquidação.
- c) não é mais possível constituir contabilmente provisão para crédito de liquidação duvidosa, por ser indedutível para fins da legislação do Imposto de Renda.
- d) as aplicações classificadas no ativo diferido têm como conta retificadora as respectivas amortizações acumuladas.
- e) a depreciação acumulada registra a perda de valor dos bens tangíveis e intangíveis do ativo imobilizado.

14- No tocante à avaliação patrimonial, é correto afirmar que

- a) o valor presente é o apurado mediante a dedução das despesas de realização e da margem de lucro.
- b) os bens recebidos em doação podem ser registrados tanto pelo seu valor nominal como de mercado, o que for mais claramente identificado.
- c) o fundo de comércio acumulado ao longo da atividade da empresa deve ser deduzido da respectiva amortização.
- d) as obrigações fiscais contingentes devem ser provisionadas pelo seu valor estimado como reserva de contingência.
- e) os serviços em andamento devem ser registrados pelo valor líquido de realização no mercado.

15- Ao final do exercício, a Cia. "A" detém 20% do capital da Cia. "B", representado por ações preferenciais. O investimento fora adquirido por \$ 5.000. O capital social e o patrimônio líquido de "A" são de, respectivamente, \$ 40.000 e \$ 50.000; o capital social e o patrimônio líquido de "B", são, respectivamente, de \$ 40.000 e \$ 30.000. Este investimento, no balanço de "A", deve ser avaliado por

- a) \$ 10.000
- b) \$ 8.000
- c) \$ 6.000
- d) \$ 5.000
- e) \$ 3.000

## ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA

16- Acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), prevista no parágrafo 2º do artigo 165 da Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- a) estabelece as metas e prioridades da administração pública federal.
- b) define as metas de despesas de capital para o exercício subsequente.
- c) dispõe sobre as alterações na legislação tributária.
- d) estabelece a política de aplicação de agências financeiras oficiais de fomento.
- e) contém demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

17- Acerca da Lei Orçamentária Anual (LOA), prevista no parágrafo 5º do artigo 165 da Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- a) não contera matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, admitida a autorização para a abertura de créditos adicionais e contratação de operações de créditos.
- b) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- c) terá seu projeto apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional.
- d) compreenderá somente os orçamentos fiscal e da seguridade social, cabendo à lei complementar a disposição sobre o orçamento de investimento das empresas estatais.
- e) ainda na fase de projeto, poderá receber modificações enviadas pelo Presidente da República, enquanto não iniciada a votação, na comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

18- Acerca dos Princípios Orçamentários aceitos em nosso país, é incorreto afirmar que:

- a) a existência da separação do orçamento da União em fiscal, de investimento das estatais e da seguridade social não fere o princípio da unidade.
- b) o princípio da universalidade exige a inclusão das receitas operacionais das empresas estatais no orçamento da União.
- c) a existência do Plano Plurianual não conflita com o princípio da anualidade.
- d) as transferências tributárias obrigatórias a estados e municípios, constitucionalmente previstas, constituem exceção ao princípio da não-afetação das receitas.
- e) o princípio da exclusividade impõe ao orçamento público o trato exclusivo de matéria financeira, vedada a inclusão de qualquer dispositivo estranho à estimativa das receitas e à fixação das despesas.

19- Acerca dos créditos adicionais, é correto afirmar que:

- a) aumentam a receita pública do exercício.
- b) classificam-se em complementares, especiais ou extraordinários.
- c) os créditos especiais apenas podem amparar programas de trabalho que já figurem no orçamento.
- d) podem apenas ser abertos com prévia e expressa autorização legislativa, mediante Decreto Presidencial.
- e) a vigência dos créditos extraordinários pode se estender até 31 de dezembro do exercício subsequente, caso sua abertura tenha se dado nos últimos quatro meses do ano.

20- Acerca do regime contábil adotado em nosso país, é correto afirmar que:

- a) é misto, sendo de caixa para receitas e de competência para despesas.
- b) impõe a contabilização das despesas liquidadas no próprio exercício em que tenham sido executadas.
- c) define o lançamento da receita arrecadada, no sistema financeiro, como dívida ativa.
- d) para as despesas empenhadas e não-processadas, adota o princípio de caixa.
- e) inibe a contabilização, como despesas de exercícios anteriores, de resíduos passivos com prescrição interrompida.

21- Acerca da contabilização das operações de uma unidade da administração pública é correto afirmar que a(o) \_\_\_\_\_ não se refere a um fato modificativo.

- a) liquidação de despesa com pessoal e encargos
- b) arrecadação de receita tributária
- c) recebimento da dívida ativa
- d) liquidação de despesa referente a aluguel
- e) transferências correntes a terceiros

22- O art. 35 da Lei nº 4.320/64 estabeleceu que pertencem ao exercício financeiro a receita nele arrecadada e a despesa legalmente empenhada, instituindo, dessa forma, o regime de caixa para a receita e o de competência para a despesa. Constituem exceções a esses regimes, respectivamente:

- a) a arrecadação da receita tributária e a inscrição de restos a pagar processados.
- b) a inscrição da dívida ativa e a inscrição de restos a pagar não processados.
- c) as operações de crédito e a liquidação de despesa referente a férias.
- d) a arrecadação de receitas de capital e a inscrição de restos a pagar processados.
- e) as operações de crédito por antecipação de receita e a liquidação de débitos de tesouraria.

23- Constituem estágios da receita pública:

- 1- empenho
- 2- quitação
- 3- fixação
- 4- arrecadação
- 5- recolhimento

- a) 2 – 3 – 4
- b) 1 – 4 – 5
- c) 3 – 4 – 5
- d) 1 – 2 – 3
- e) 2 – 4 – 5

24- Acerca do empenho da despesa é incorreto afirmar que:

- a) é ato emanado de autoridade competente, que cria obrigação de pagamento para o poder público.
- b) deve sempre ser prévio à liquidação da despesa e realizado por meio de nota de empenho devidamente assinada pelo ordenador de despesa.
- c) suas modalidades são a global, por estimativa e extraordinário.
- d) quando de sua anulação, total ou parcial, reverte-se à dotação original o valor anulado.
- e) pagamentos de água e luz, pessoal e manutenção e limpeza são despesas típicas de empenho global.

25- O suprimento de fundos pode ser concedido:

- a) a servidor que não tenha, dentro do prazo legal, prestado contas de um suprimento anterior.
- b) para pagamento de despesas já realizadas.
- c) a servidor declarado em alcance.
- d) para despesas de grande vulto.
- e) a responsável por dois outros suprimentos cujas prestações de contas já tenham sido formalizadas.

26- A dívida pública, também chamada de dívida passiva, compreende os compromissos assumidos pelo Estado para com terceiros, no país ou no exterior, bem como os valores referentes a receitas extra-orçamentárias. Acerca da dívida pública é incorreto afirmar que:

- a) classifica-se como dívida fundada (ou consolidada) e dívida flutuante.
- b) a dívida flutuante pode ser contraída sem expressa autorização legislativa.
- c) a dívida fundada pode ser contraída no exterior, carecendo, porém, de autorização legislativa.
- d) os resíduos passivos são classificados como dívida consolidada.
- e) o resgate anual da dívida fundada constitui despesa orçamentária do exercício.

27- De acordo com o Decreto nº 93.872/86, não integra(m) a dívida flutuante:

- a) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida
- b) os serviços da dívida
- c) a dívida mobiliária
- d) os depósitos
- e) o papel-moeda

28- Acerca de equilíbrio, déficit ou superávit orçamentário pode-se afirmar que:

- a) se considera equilibrado o orçamento em que a receita prevista coincide com a despesa realizada.
- b) deficitário é o orçamento em que a receita prevista é inferior à despesa realizada.
- c) o resultado orçamentário estabelece o resultado financeiro do exercício.
- d) queda ou excesso de arrecadação, bem como a cobertura de créditos adicionais por meio da anulação de despesas, são fatores que alteram a previsão de equilíbrio orçamentário.
- e) superavitário é o orçamento em que a receita prevista supera a despesa fixada.

29- No Balanço Financeiro, os Restos a Pagar do exercício serão computados:

- a) na receita orçamentária, para garantir recursos para o seu pagamento no exercício seguinte.
- b) na receita extra-orçamentária, por se tratar de despesa paga e cujos bens ou serviços ainda não foram recebidos.
- c) na receita extra-orçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- d) na despesa extra-orçamentária, para compensar sua inclusão na receita orçamentária.
- e) na receita orçamentária, por se tratar de despesa ainda não paga.

30- A inscrição em dívida ativa implica o seguinte lançamento contábil:

- a) dívida ativa a mutações ativas
- b) dívida ativa a mutações passivas
- c) mutações passivas a dívida ativa
- d) mutações ativas a dívida ativa
- e) interferências passivas a dívida ativa

31- Correlacionando as colunas, assinale a única opção que apresenta uma combinação correta.

- |   |                          |
|---|--------------------------|
| 1 - bens móveis e imóveis               | A - sistema financeiro   |
| 2 - descentralização de crédito         | B - sistema patrimonial  |
| 3 - estoques                            | C - sistema orçamentário |
| 4 - pagamentos de natureza orçamentária |                          |
| 5 - operações de crédito                |                          |
| 6 - resíduos passivos                   |                          |
| 7 - inscrição em dívida ativa           |                          |
| 8 - empenho da despesa                  |                          |

- a) A-2 / B-3 / C-4
- b) A-6 / B-7 / C-8
- c) A-8 / B-6 / C-4
- d) A-2 / B-8 / C-4
- e) A-4 / B-8 / C-2

32- Segundo os preceitos da Lei nº 4.320/64, assinale, entre as opções abaixo, a que não contém uma rubrica do Balanço Patrimonial da administração pública:

- a) Ativo Circulante
- b) Saldo Patrimonial
- c) Ativo Permanente
- d) Passivo Permanente
- e) Passivo Compensado

33- Segundo a Lei nº 4.320/64, o Plano de Contas da administração pública deve ser estruturado em sistemas de contas com o objetivo de facilitar a elaboração dos balanços e demonstrações previstas na Lei nº 4.320/64. Nesse sentido, a celebração de um contrato de prestação de serviços, em que a administração é a contratante, provoca lançamentos no(s) seguinte(s) sistema(s):

- a) apenas no de compensação
- b) financeiro e patrimonial
- c) orçamentário, financeiro e de compensação
- d) orçamentário, financeiro e patrimonial
- e) apenas no financeiro



34- Acerca do resultado patrimonial do exercício é correto afirmar ser o mesmo apurado pela confrontação:

- a) da receita e da despesa no Balanço Financeiro.
- b) da receita e da despesa na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- c) das variações ativas e passivas no Balanço Patrimonial.
- d) das variações ativas e passivas na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- e) das variações ativas e passivas no Balanço Orçamentário.

35- Acerca das tomadas e prestações de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos é incorreto afirmar que:

- a) sejam elaboradas ou superintendidas pelos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes, ressalvadas as competências do Tribunal de Contas.
- b) sua elaboração se dá apenas ao término do exercício.
- c) no caso de fundo especial, poderá haver norma peculiar para a sua elaboração, desde que a lei assim o determine.
- d) o Poder Executivo, anualmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.
- e) ressalvada a competência do Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer.

---

### FINANÇAS PÚBLICAS

36- A redefinição das funções do Estado deve ter como ponto de partida o pleno reconhecimento de suas principais responsabilidades. Assim sendo, identifique a opção falsa com relação aos campos em que a presença do Estado pode ser compreendida.

- a) A produção dos bens públicos tradicionais.
- b) A provisão de serviços de interesse coletivo.
- c) A modernização da infra-estrutura básica.
- d) A produção de serviços voltados para a segurança individual e patrimonial.
- e) A previdência e a assistência social.

37- A necessidade da atuação econômica do setor público prende-se à constatação de que o sistema de preços não consegue cumprir adequadamente algumas tarefas ou funções. Entre as opções abaixo, aponte aquela corretamente associada à função alocativa do governo.

- a) A função alocativa está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo mercado.
- b) O sistema de preços não consegue se autorregular e, por isso, o Estado deve atuar visando estabilizar tanto a produção quanto o crescimento de preços.
- c) A função alocativa é aquela que provoca a transferência de recursos entre grupos da sociedade (entre classes de renda, entre trabalhadores e empresários).
- d) O sistema de preços, via de regra, não leva a uma justa distribuição de renda e daí há necessidade da intervenção estatal.
- e) A função alocativa diz respeito às políticas relacionadas à formação de capital, objetivando o crescimento econômico de longo prazo.

38- Os princípios orçamentários são uma coleção de regras que têm por finalidade aumentar a coerência e efetividade do orçamento público. Indique, nas opções abaixo, qual princípio estabelece que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas do Estado.

- a) princípio da exclusividade
- b) princípio do equilíbrio
- c) princípio da universalidade
- d) princípio da anualidade
- e) princípio da publicidade

39- No tocante ao conceito de orçamento-programa, identifique a opção falsa.

- a) O principal critério de classificação é o funcional-programático.
- b) Na elaboração do orçamento-programa são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício.
- c) O controle visa avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais.
- d) O processo orçamentário é dissociado dos processos de planejamento e programação.
- e) Existe a utilização sistemática de indicadores e padrões de medição dos trabalhos e dos resultados.

- 40- A aplicação da análise custo-benefício a projetos e programas governamentais requer uma análise criteriosa de determinados pontos. Escolha, nas opções abaixo, qual entre esses pontos não é pertinente.
- Como identificar e medir custos e benefícios.
  - Qual a taxa apropriada para descontar estimativas futuras de custos e benefícios no cálculo dos respectivos valores atuais.
  - Como estabelecer o período em que se fazem notar os custos e benefícios dos projetos.
  - Como agregar custos e benefícios de vários projetos complementares, tendo em vista estender a análise no nível de programas executados pelo governo.
  - Como avaliar todos os custos e benefícios listados, em termos de demanda agregada.
- 41- Um dos pontos destacados na Constituição Federal de 1988, com relação ao orçamento público, foi a criação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Dispõe a Constituição Federal, no art. 165, que a Lei serve para:
- ordenar e disciplinar a execução de despesas com investimentos.
  - encaminhar o projeto de lei orçamentária da União, até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro.
  - ordenar a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
  - orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
  - estimar receitas e fixar despesas para o exercício financeiro subsequente.
- 42- No que diz respeito à classificação das receitas públicas, identifique a opção que não se enquadra como receita corrente.
- receita patrimonial
  - receita de alienação de bens
  - receita de serviços
  - receita de contribuições
  - receita tributária
- 43- Com relação à classificação das despesas governamentais quanto à natureza do gasto, identifique a categoria econômica que não é pertinente.
- custeio
  - função
  - investimento
  - transferência
  - inversão financeira
- 44- Segundo o art. 195 da Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social, será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de Contribuições. Indique qual contribuição financia a seguridade social.
- Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos.
  - Contribuição para o Programa de Integração Nacional.
  - Contribuição para o Salário Educação.
  - Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira.
  - Contribuição pela Exploração de Recursos Minerais.
- 45- A teoria da tributação baseia-se em dois princípios fundamentais. Identifique esses princípios.
- neutralidade e unidade
  - neutralidade e equidade
  - neutralidade e universalidade
  - unidade e universalidade
  - equidade e unidade
- 46- De acordo com a teoria das Finanças Públicas, assinale a única opção correta relacionada aos tributos diretos.
- São os tributos para os quais os contribuintes podem transferir total ou parcialmente o ônus da contribuição para terceiros.
  - São aqueles cuja base é a transação com mercadorias e/ou serviços.
  - São aqueles que podem ser classificados em impostos *ad valorem* e impostos específicos.
  - São aqueles em que o aumento na contribuição é proporcionalmente menor que o incremento ocorrido na renda.
  - São os tributos cujos contribuintes são os mesmos que arcam com o ônus da respectiva contribuição.

47- Com relação ao federalismo fiscal, escolha a opção correta.

- a) As decisões sobre o aumento de despesas ou sobre distribuição setorial dos gastos são tomadas no mesmo nível das decisões relativas às medidas a serem utilizadas.
- b) Não existem problemas relativos à falta de coordenação entre os elementos que formulam a política fiscal e os encarregados de tomar as decisões necessárias à sua implementação.
- c) Grande parte dos recursos a serem aplicados, assim como dos poderes para a obtenção de recursos necessários, está sob o controle direto do poder central.
- d) Existem níveis alternativos de governo, através dos quais os serviços públicos são ofertados e esses serviços fixam-se em cortes central, regional e local.
- e) O sistema federal de governo não permite à nação acomodar uma ampla abertura de preferências individuais.

48- Para quais finalidades podem ser utilizadas as transferências intergovernamentais de recursos públicos? Escolha a opção errada.

- a) Para compensar diferenças regionais de renda.
- b) Para compensar custos e benefícios externos gerados por ações locais.
- c) Para promover o planejamento regional.
- d) Para induzir os governos locais a somar recursos próprios aos recursos do governo federal para alcançar objetivos nacionais.
- e) Para transferir recursos na mesma esfera de governo.

49- Aponte, entre as opções abaixo, qual imposto tem características que o tornam adequado ao financiamento das despesas locais.

- a) Imposto sobre a Renda(IR)
- b) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana(IPTU)
- c) Imposto sobre Produtos Industrializados(IPI)
- d) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços(ICMS)
- e) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido(CSLL)

50- Os aumentos do déficit e da dívida pública geram importantes consequências econômicas, segundo a teoria convencional. Indique a opção falsa com relação a seus efeitos.

- a) O prazo de maturação dos empréstimos, no longo prazo, é reduzido.
- b) Determinam mudanças na trajetória da taxa de juros, nas transações externas e na taxa de câmbio.
- c) No curto prazo, por meio da redução de impostos e gastos inalterados podem levar a aumento da renda e produto nacionais.
- d) Acarretam impactos sobre o nível de poupança doméstica, investimentos e formação de capital.
- e) No longo prazo, o mercado exige taxa de juros maiores para financiar a rolagem da dívida.











# ESAF